ANTI CAPITA LISTA

N.º 35 (SÉRIE II) – JANEIRO 2021

COVID-19 E AS SUAS METÁFORAS
PP. 04 e 05

A LUTA DOS TRABALHADORES DA VIGILÂNCIA E DA SEGURANÇA PRIVADA
P. 06

ABORTO LEGAL #MAREAVERDE

EDITORIAL

RETROS PETIVAS

O ano de 2020 fechou sob os auspícios de um processo de vacinação, que abre o novo ano como um importante foco de esperança sobre a realidade pandémica. Uma realidade que tomou por completo o ano que finda, colocando as questões de saúde pública no centro do debate quotidiano, das caixas de comentários das redes sociais aos mais divinatórios augúrios de alguns comentadores de televisão. Por mais frequentes que sejam nesta altura, será cedo para fazer retrospetivas ante um pesadelo sanitário que está longe de ter passado, mas que deixa indicadores importantes quanto ao contexto político a enfrentar. Desde logo uma crise grave e penosa, em que uma economia fortemente assente na monocultura do turismo, como a economia portuguesa, corre riscos acrescidos de dissabores profundos e alargados no tempo. Espera-se desemprego, desvalorização salarial e dificuldades acrescidas em setores já precarizados. Aqui, a realidade pandémica tratou de agravar o que desde logo tornou mais nítido: a fragilidade de um modelo económico que vive da perpetuação de desigualdades, talvez menos naturalizáveis – ou pelo menos mais denunciadas – ante um problema sanitário evidentemente global, mas de impacto flagrantemente desigual.

A pandemia esclareceu a importância de um Serviço Nacional de Saúde amplo e efetivo, que não entregue o seu espírito de missão democrático aos interesses do lucro. Atentar nas carreiras e condições de trabalho dos diversos profissionais de saúde vai muito além do aplauso nas varandas ou do vago e efémero louvor performativo. As perdas salariais e a escassez de recursos pesam sobre o SNS e refletem-se naturalmente na diminuição de profissionais do Estado ante a pressão dos grupos privados. Por mais que a propaganda do governo insista no contrário, a redução do número de profissionais no SNS espelha um continuado desinvestimento que se mantém no Orçamento de Estado para 2021. O Bloco denunciou, com contas feitas e com as conclusões necessárias, os efeitos possíveis de um mau orçamento que, de forma suicidária, enfraquece setores do Estado fundamentais na resposta mais imediata à crise.

No plano internacional, o cenário do que chegou a apelidar-se como "novo normal" assistiu à derrota eleitoral de Donald Trump, que não chega para disfarçar as tensões de uma sociedade fortemente polarizada. O racismo sistémico e os ditados da alta finança são continuados protagonistas na política norte-americana. Não se perspetiva que tais problemas encontrem soluções na vigência do novo executivo, como não se espera que os populismos e os discursos de ódio encontrem vias de superação no cenário de desigualdades que se mundializa sem lei. Dentro e fora de portas o eclodir de iniquidades é, no terreno de interesses do capital financeiro, a mais expectável das colheitas e o pior dos prenúncios para a travessia de uma crise cada vez mais presente.

Para a pandemia capitalista uma vacina não basta. A imunidade de grupo será sempre independente do privilégio do grupo dos imunes. Para este mal, a única vacina que conta é a da luta quotidiana da afirmação democrática, concretizada na campanha de Marisa Matias. A força da esperança, conquistada a pulso contra os ventos do fatalismo, é o núcleo fundamental dos anticorpos que salvaguardam direitos, na preservação da própria democracia.

Esta é uma publicação da ***Rede Anticapitalista***, em que se juntam militantes do *Bloco de Esquerda* que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 *Editorial*
Retrospetivas

3 Na primeira pessoa do plural
José Ricardo

4-5 Covid-19 e as suas metáforas
Francisca Bartilotti Matos

6 A luta dos trabalhadores da vigilância e da segurança privada
Sofia Figueiredo

7 Mais do Mesmo, ou Sobre a ausência de uma política cultural à esquerda
Julian Boal

8 Leituras
A Importância do Pequeno-Almoço, Francisca Camelo
Uma História Popular do Futebol, Mickaël Correia

8 Acontece

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Leonor Figueiredo
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Andrea Peniche
Adriano Campos
Francisca Bartilotti
Hugo Monteiro
José Ricardo
Julian Boal
Leonor Figueiredo
Sofia Figueiredo
Tatiana Moutinho

Foto de Capa
Bernardino Ávila, LeandroTeysseire, Kala Moreno Parra y Prensa Senado

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

PRESIDENCIAIS

NA PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

JOSÉ RICARDO

A crise pandémica, a crise económica, a crise ecológica, a crise política. Cada uma delas com as suas características e com os seus desafios, todas preenchendo a agenda política, exigindo soluções. É neste contexto que ocorrem as eleições presidenciais que se avizinham.

A candidatura de Marisa Matias nestas eleições é a única que representa uma resposta a todas elas. Representa quem tem vindo, década atrás de década, a exigir o investimento necessário para a salvaguarda do nosso sistema nacional de saúde. Representa quem se une na luta por mais justiça laboral, por relações contratuais que permitam uma vida digna e estável, pela defesa dos que (alguns mais uma vez) terão de enfrentar uma crise económica sem perspetivas nem oportunidades. Representa quem procura uma resposta digna da urgência que as alterações climáticas requerem, a transição não pode ser apenas energética, não é sustentável manter o sistema de produção e de consumo alterando apenas o combustível. Representa, também, a união pela liberdade. A liberdade de todas.

A liberdade de amar, de viver, de ser quem somos. Este ano, em diferentes momentos, ouviram-se apelos a alianças apáticas que apenas silenciariam todas estas vozes que Marisa Matias representa com a sua candidatura e que fariam do "medo" a única alternativa ao estado das coisas.

Foi também necessária a coragem de ir para as ruas. A desconfiança e a precaução que a doença suscita não foram aliadas dos que, nos últimos dois meses, foram trabalhando na sua candidatura. É difícil guardar distância quando é a vontade de estar próximo que nos move. É difícil manter a máscara quando são os sorrisos que demonstram a seriedade das nossas propostas. Mas foi nas ruas que percebemos que a mensagem se transmite. Foi lá que descobrimos quem mais se identifica com a candidatura de Marisa Matias, com as suas propostas, com os valores que representa, com a alternativa que somos. O proselitismo é facilitado pela justiça das nossas ideias.

A mudança para a primeira pessoa do plural é demonstrativa do trabalho coletivo necessário durante a campanha. A sua coordenação, a organização logística, a disponibilidade de cada um que se envolveu, seja de qual forma, foram correspondidos pela resposta positiva de milhares de cidadãos que acederam ao nosso repto. Os momentos, as memórias que se guardam e o sentimento de camaradagem que se reforça foram também pontos positivos da caminhada até agora percorrida.

Sabemos, contudo, que o caminho ainda agora se iniciou. Ainda faltam muitos passos, certos e determinados, no sentido de uma campanha que una os que desejam a mudança. A mudança de paradigma social, económico e político. A transformação desta numa sociedade mais justa, mais livre, mais responsável.

A Marisa Matias e a sua candidatura representam estas as vozes que rejeitam o silenciamento, os esforços de quem acredita na busca por uma utopia terrena, a beleza e a justiça das pessoas e das ideias que a acompanham.

SAÚDE

COVID-19 E AS SUAS METÁFORAS

FRANCISCA BARTILOTTI MATOS

Lembro-me de sair de casa no primeiro dia de confinamento. As ruas estavam silenciosas. No ar, sentiam-se os olhares suspeitos de quem era forçado a estar em casa, enquanto que os outros na rua tentavam, indiretamente, provar que tinham o direito de estar no exterior. Estava a trabalhar como médica em doenças infeciosas e tinha assistido, com ansiedade, ao vírus viajando rapidamente, transformando-se de ameaça distante em realidade. A abordagem ao vírus foi-se adaptando à medida que o conhecíamos melhor. Em consultas pelo telefone, ouvia-se o medo nas vozes de quem ligava, também este mudando de alvo: desde aqueles preocupados com a refeição no restaurante chinês, aos trabalhadores que queriam saber se encomendas da Ásia poderiam transmitir o vírus, até ao pânico generalizado. Ver como as medidas de confinamento vieram e foram, para vir outra vez, foi uma lição sobre como somos maleáveis e como ameaças se transformam em resignação. Lembro-me do aplauso semanal pelo Serviço Nacional de Saúde – de como me comoveu ver o trabalho que fazíamos apreciado – do orgulho quase patriótico que senti.

Foi nesta altura que reli os ensaios da Susan Sontag, Illness as Metaphor (A Doença como Metáfora) e AIDS and its metaphors (A SIDA como metáfora). Décadas depois, estes ensaios ainda ressoam com uma claridade quase oracular. Como uma estrutura de análise que se adapta a cada nova doença – este ano, foi o COVID-19.

Curiosamente, as metáforas que usamos para descrever as maleitas do corpo, apesar de atualizadas a cada geração, são quase estáticas: doença como guerra, doença como castigo, doença como estrangeira, doença como o profano. Todas elas foram usadas ao longo do último ano servindo como forma de construção de narrativas e procura de significado. A forma como falamos de doença define a forma como a doença é vivida e, se não usadas com cuidado, metáforas podem ser nocivas.

Pensemos na doença como guerra. A metáfora de guerra dá-nos confiança, torna-nos poderosos. Temos orgulho na luta. A bandeira nacional que se levanta torna-se no Serviço Nacional de Saúde. Ilustrar a doença como uma guerra permite aos governos uma transição fácil para o estado e as medidas de emergência. Lutamos contra o coronavírus, protegemo-nos contra o coronavírus, profissionais de saúde são heróis sem capa. Estas são palavras que excitam e incitam.

Cuidado, no entanto, com a metáfora militar, que "não apenas fornece uma justificação persuasiva para o autoritarismo, como também aponta implicitamente para a necessidade da repressão violenta por parte do Estado." (Sontag 2002, 94). Ao tratarmos a pandemia como guerra, órgãos de poder encontram justificação para abusos de poder. Durante o primeiro confinamento, no Reino Unido, surgiram várias histórias de abuso de força pela polícia, onde pessoas se queixavam de ser seguidas por drones oficiais. Um relatório da Rede Europeia Contra O Racismo revelou como os alvos da polícia se concentraram desproporcionalmente em minorias étnicas em países como a França. Durante o segundo confinamento, em Manchester, foram erigidas barreiras de metal em redor de campus universitários perante a surpresa dos estudantes.

Pensemos agora na doença como entidade estrangeira: tratar uma epidemia como algo que surgiu lá longe e de que o nosso país não tem culpa, tem sido lugar comum em muitas epidemias ao longo da história. Sontag mostra-nos como a distância é pequena entre imaginar doença e imaginar o estrangeiro; e como tratar a doença como um mal estrangeiro revela uma forma de pensar o outro como poluição. O COVID-19 foi descrito como o vírus chinês mesmo quando o seu estatuto de pandemia estava bem estabelecido. Esta metáfora justificou ataques racistas contra pessoas de ascendência asiática em muitos países.

A doença foi também usada como exemplo de castigo pelos erros da sociedade ocidental. O coronavírus aparece agora como ilustração dos males provocados pelo neoliberalismo: espalhado por voos transcontinentais, resultado da destruição ambiental, o COVID—19 é a globalização desenfreada. Contraditoriamente, a pandemia é explicada tanto como resultado do neoliberalismo como como resultado do comunismo chinês.

Claro que é tentador, também para a autora, encontrar no desastre justificações que tentem, a longo prazo, fazer-nos refletir no caminho que tece a humanidade. E também é incontestável o papel que a realidade socio-económica e as desigualdades sociais contribuem para a saúde populacional. Mas é preciso cautela com o tom e rapidez com que julgamentos são feitos. Demasiado apressadas, conclusões desta ordem têm maior potencial de dano. Para um doente com COVID-19 ou uma profissional de saúde, não é tranquilizador pensar na doença como um castigo para os erros da humanidade. Como Sontag explica "mesmo que (a doença) não seja entendida como um julgamento sobre a comunidade, a doença torna-se isso —retroativamente —, porquanto desencadeia uma inexorável derrocada da moral e dos costumes."

O COVID-19 tem divido pessoas em linhas moralizadoras, muito para além do necessário para controlar a pandemia. De um lado estão aqueles em risco – os que tentamos proteger, os vulneráveis, os idosos, os imunocomprometidos. Do outro lado estão aqueles irresponsáveis, demasiado preocupados com a sua vida social para cumprirem o distanciamento necessário. À medida que as pessoas são classificadas como egoístas ou altruístas, boas ou más, responsáveis ou irresponsáveis, a sociedade encontra-se, novamente, dividida numa linha que atenua circunstâncias pessoais e as submete "ao bem comum". Outros problemas de saúde são postos de parte, incluindo os riscos do isolamento para a saúde mental. Se alguém está ansioso, isolado, deprimido, a culpa e responsabilidade são dele/a e da sua necessidade de contacto social. Não apenas desistem de lutar, mas também não se sacrificam. Publicamente, são condenados. Não há desculpas, nem simpatia – fica em casa, salva vidas.

As divisões não se ficam por aqui: novos contra velhos, essenciais contra não essenciais. Os vizinhos são encorajados a reportar vizinhos faltosos às autoridades; as pessoas espiam-se umas às outras das suas janelas, orgulhosos se descobrirem aqueles que quebram as regras; as redes sociais inundam-se de apelos vazios a que se cumpram as regras.

Ao maximizar a importância da responsabilidade pessoal, os governos encontram maneira de minimizar a importância do seu papel. O governo inglês, na figura de Boris Johnson, tem falhado recorrentemente na resposta à pandemia – falta de material de proteção, atraso na generalização de testes, confinamentos tardios – fazendo constantemente campanhas publicitárias em que a culpa é do indivíduo. Culpabilizar o indivíduo tem, ainda, o dano colateral de induzir o medo do teste. Um resultado positivo pode ostracizar o indivíduo de quem lhe é próximo, não apenas pelo isolamento exigido, mas também porque é culpabilizado pela própria doença e pela de todos aqueles com quem contactou.

Como guerra, o COVID-19 tem sido total. Ilustrar o controlo da pandemia como guerra justifica violência e repressão de estado e alarga o fosso de discriminação de minorias. Faz com que as pessoas se vejam como soldados e vejam o outro como inimigo. Ilustrar a doença como o estrangeiro, ajuda a legitimar atitudes racistas. Procurar significado político na doença de forma apressada desvia a atenção da ação imediata para uma superioridade condescendente daqueles que sabiam que isto ia acontecer. Estabelecer uma cultura de moral à volta do COVID-19 isola e traz riscos para a saúde mental a mais vulneráveis, para além de criar uma barreira ao acesso a testes necessários para o controlo da pandemia. Devemos tentar afastar-nos de metáforas danosas que visam classificar-nos e comparar-nos aos nossos vizinhos. É à empatia e não à desconfiança que devemos dar ênfase. Os nossos vizinhos e não o vírus serão companhia para os anos que virão. Eles estarão lá, muito depois do vírus se ter ido embora.

TRABALHO

A LUTA DOS TRABALHADORES DA VIGILÂNCIA E DA SEGURANÇA PRIVADA

SOFIA FIGUEIREDO*

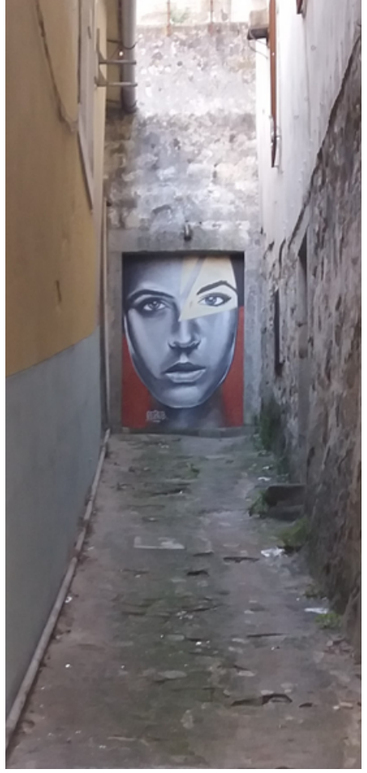
O setor da vigilância e segurança privada tem cerca de 40 mil pessoas, no público e no privado. Em muitos serviços públicos, desde as finanças aos centros de saúde, da ACT aos centros de emprego, desde hospitais às estações de comboio, estes e estas vigilantes são o primeiro contacto entre os serviços e os cidadãos, são quem primeiro recebe e dá a cara aos utentes. Mas apesar da importância deste setor, existe um longo historial de abusos laborais que o caracteriza.

Mais recentemente, a luta tem-se travado sobretudo em torno da chamada "transmissão de estabelecimento", consagrada no artigo 285.º do Código de Trabalho, relativo à manutenção dos postos de trabalho e dos direitos quando existe uma mudança de empresa num concurso. O sistemático incumprimento do regime jurídico aplicável à transmissão de estabelecimento pelas empresas vencedoras em vários serviços públicos tem como consequência a negação dos direitos dos trabalhadores, devido às empresas que ganham os concursos, nomeadamente as empresas filiadas na AESIRF, uma das duas associações patronais do setor, não garantirem a manutenção dos trabalhadores, a sua antiguidade, categoria profissional, o conteúdo funcional e benefícios sociais adquiridos. Isto significa que, mesmo os trabalhadores que tenham um contrato sem termo com a anterior empresa que estava ao serviço, só serão aceites na nova empresa e para as mesmas funções se assinarem um contrato do zero, como se não trabalhassem já naquele posto há anos. Os trabalhadores que não aceitem perder os seus direitos, e que não assinem esses contratos, como aconteceu em vários serviços, desde a Infraestruturas de Portugal ao Hospital Amadora-Sintra, ficam num limbo, porque formalmente não foram despedidos pela empresa transmitente (que alega que os "transmitiu" à nova empresa), nem foram aceites pela empresa que ganhou o concurso (que não reconhece essa obrigação legal), confrontando-se assim com um obstáculo no acesso ao subsídio de desemprego, e aguardando anos que os tribunais resolvam as situações, sabe-se lá com que desfecho.

A maioria das empresas parece julgar que se encontra acima da lei, promovendo más práticas laborais, entre o trabalho não declarado, o dumping social e o desrespeito pela transmissão dos trabalhadores quando existe novo concurso (o artigo 285.º do Código de Trabalho). Essas práticas de abuso perpetuaram-se sempre através do receio que os trabalhadores tinham de denunciar a situações, por temerem represálias, criando um sentimento de impunidade aos incumpridores.

Depois de vários atropelos laborais, no início de 2020 um grupo de trabalhadores uniu-se em defesa dos seus direitos criando a página Vigilantes Segurança Privada que tem como objetivo denunciar as más práticas laborais e fornecer informação útil aos trabalhadores. Promoveram também duas manifestações, com o apoio do Bloco de Esquerda, para impedir que esmagassem todos os seus direitos, designadamente nos contratos com o Estado.

A luta está a dar os seus frutos. Primeiro, com a PSG e as Infraestruturas de Portugal, e agora, no final de novembro de 2020, por pressão dos trabalhadores e insistência do Bloco, a Ministra do Trabalho rasgou mesmo o contrato efetuado entre o Ministério e a Comansegur (uma empresa de segurança incumpridora, que entre outras coisas disse, por exemplo, que não iria manter nenhuma mulher ao serviço, por entender que as mulheres "não tinham perfil " para estas funções). Essa atitude do Governo baseou-se na violação do artigo 285º. Esse marco foi muito importante porque inaugura uma primeira resistência contra estas práticas destas empresas e o Ministério do Trabalho sentiu-se pressionado a tomar uma atitude que agora nos vale como exemplo.



Porém nem todos os Ministérios têm o mesmo entendimento apesar de existir uma resolução da Assembleia da República (Resolução n.º 24/2020) que recomenda ao Governo a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores em matéria de transmissão de estabelecimento.

Devido à inação do Ministério da Saúde, 46 trabalhadores do Hospital Amadora Sintra, alguns com cerca de 20 anos de casa, estão neste momento sem qualquer rendimento, uma vez que a empresa adquirente não os aceitou. Na mesma situação encontram-se os trabalhadores que prestavam serviço no ACES entre Douro e Vouga 2, que também não foram aceites pela Ronsegur e aguardam há um ano pela decisão do Tribunal.

Exige-se clareza e firmeza na postura do Governo. O Estado não pode albergar quem não quer cumprir a lei e destrata os trabalhadores. Muitos destes serviços deviam aliás ser internalizados e assumidos diretamente pelos serviços públicos. E empresas que não cumprem a lei deviam ser impedidas de operar em Portugal. É esta a luta que estamos a travar por todo o país.

Enviem as vossas denúncias para o e-mail ***injustica.seguranca.privada@gmail.com***

*** Sofia Figueiredo é trabalhadora de vigilância e delegada sindical.**

CULTURA

MAIS DO MESMO

ou SOBRE A AUSÊNCIA DE UMA AUTÊNTICA POLÍTICA CULTURAL À ESQUERDA

JULIAN BOAL

Acabam-se as eleições. Sobre seu lote de boas ou más surpresas, sobre campanhas que impressionaram por seu dinamismo, sobre como elas mudaram o terreno da luta que se trava todo dia, nada falaremos aqui. Elas não serão debatidas aqui sobre o ângulo do que elas revelam da conjuntura que contribuem a modificar. Debate da maior importância que não será o nosso.

Aqui somente queremos salientar um ponto, que parece ser sintoma de um mal maior: a relação dos candidatos com os artistas e, muito para além deles, com a arte e a cultura. Não citaremos aqui ninguém em particular, visto que não se trata de denunciar este ou aquele candidato, visto também que a esmagadora maioria repete esse mesmo discurso cujo limites queremos debater.

O candidato X, que em outras pautas tem posições originais e arrojadas, quando perguntado o que fará pela cultura na periferia enche o peito para dizer: "Não se trata de promover a cultura na periferia, mas de promover a cultura DA periferia. A periferia tem uma cultura vibrante, rica e diversa que temos que ajudar, temos que encontrar os recursos para que os artistas possam continuar fazendo esse trabalho tão essencial para o tecido social, sem o qual a vida carece de sentido, ...". Outro falará da necessidade de restaurar e criar novos equipamentos, ao qual um terceiro não faltará de acrescentar que é absolutamente injusta a divisão geográfica desses mesmos equipamentos tão concentrados no centro e zonas ricas da cidade. Por último, o mais radical de todos avança a radicalíssima ideia que devemos ter editais especiais para segmentos especiais, afinal de contas a distribuição de recursos e equipamentos tem que favorecer os desfavorecidos para que outras vozes possam ser ouvidas.

E pronto.

E nada mais.

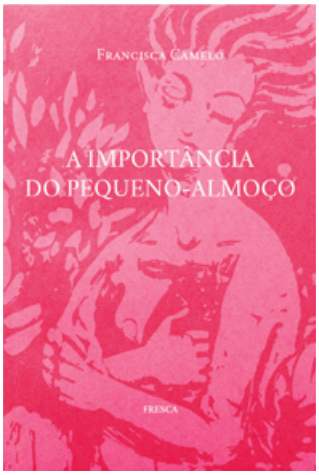
Aqui foram resumidas a quase totalidade das propostas da esquerda para a arte e os artistas.

Elas estão certas, certíssimas. É mais do que obvio que todos os trabalhadores da cultura têm direito a terem direitos, e que esses sejam muitos e que possam garantir vida digna, como deveria ser para todos os trabalhadores alias. É preciso sim discutir o orçamento ridículo alocado para cultura, fazer de tudo para que ele aumente, vigiar que a sua distribuição na cidade e na população obedeça a princípios de justiça. É inegável.

Mas é isso? Só isso? Nada mais?. Não negamos que discutir dinheiro seja importante, mas o debate se esgota só nele? Não é meio estranho que seja esse o todo da discussão para uma atividade e para um setor que é tão saudado como sendo de vital importância para a sociedade? Não haverá espaço para uma discussãozinha sequer sobre o que é arte? Sobre como ela é feita cotidianamente, sobre como ela as vezes ajuda, contribui na manutenção da barbárie que são os dias de hoje, sobre como as vezes também ela ajuda a se construir um amanhã diferente, mais livre? Nada?

(continua *online*)

LEITURAS



A IMPORTÂNCIA DO PEQUENO-ALMOÇO

Francisca Camelo
2021 | No Prelo
Fresca
PVP: ± 15.00 Euros

Depois de *Cassiopeia* (Apuro Edições, 2018) e *Photoautomat* (Enfermaria 6, 2019), o novíssimo livro da poeta Francisca Camelo tem o título "A importância do pequeno-almoço", mas é como quem diz "a importância de quem faz o pequeno-almoço". Podemos chamar-lhe poesia feminista (que a própria não se importará), mas não é apenas uma poesia que conta o mais comum das vidas que não foram contadas? O desvelar dos mais antigos rituais femininos, dos arquétipos ocultos, da invisibilidade do trabalho doméstico, das pequenas (e grandes) violências diárias. Mas também a presença de um comovente e imponente afeto pela figura matriarca a quem se observa os pequenos gestos e se treina a imitação ainda que rompendo os velhos ciclos dos papéis de género. O (nem sempre) cínico tom naïve de quem educadamente e sem perder as 'femininas maneiras' diz o que tem de ser dito. E mesmo quando parece já nada restar, o seu a sua dona e a Francisca o que é de Francisca: "esta raiva seus filhos da puta, esta raiva é toda minha". É toda nossa. Com essa raiva legitimamente se escreve a História. E até as maiores batalhas precisam de um bom pequeno-almoço.

"Só quem come o pequeno-almoço tem a boca demasiado cheia para perceber o fundamental: é que sem elas o mundo não chegaria sequer ao meio dia."

Leonor Figueiredo

UMA HISTÓRIA POPULAR DO FUTEBOL

Mickaël Correia
2020 | 458 páginas
Orfeu Negro
PVP: ± 18.00 Euros

Um livro de saborosa e instrutiva leitura, não apenas para entusiastas do futebol mas também por quem se interessa genericamente pela história da luta de classes e das culturas populares. O autor, de forma vastamente documentada e com uma escrita fluída e acessível, mostra-nos como desde sempre o futebol se constituiu como disputa de espaços e de poder simbólico, como se dividiu entre a atividade minoritária para elites e a adesão entusiasta das camadas populares, como foi ferramenta de protesto, reivindicação e resistência, antes, em vez e para além dos interesses e da indústria que hoje definem maioritariamente este desporto. Numa viagem que vai das origens e da evolução do futebol, que passa pelas mais conhecidas dimensões do futebol politizado da "Democracia Corintiana" ou dos protestos do operariado de Manchester ou de Liverpool contra o governo de Thatcher, assistimos ao fenómeno futebolístico como resistência aos regimes repressivos, como expressão feminista, palco de afirmação dos direitos indígenas ou de lutas anticoloniais. Do futebol jogado ao futebol assistido, de claques insurgentes a movimentos associativos emancipatórios, o desporto que nos habituamos a ver associado à corrupção e aos grandes negócios surge aqui vinculado à história da luta de classes e à construção de alternativas.

Hugo Monteiro

ACONTECE

EXPOSIÇÃO

Acto de Estado - História Fotográfica da Ocupação dos Territórios Palestinos

2 de dezembro-9 de janeiro
Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa Fotográfico

LANÇAMENTO

"A Importância do Pequeno-Almoço", de Francisca Camelo

8 de janeiro
Biblioteca Municipal Almeida Garrett

CONTACTOS
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**